



# Câmara Municipal de Entre Rios de Minas

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua José Resende, 26 - Centro - Entre Rios de Minas - MG - CEP 35490-000 - CNPJ 00.990.667/0001-89

Telefax: (31) 3751-1220 / 3751-1740

E-mail: cmentreros@viareal.com.br

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

### Parecer Nº 1

Projeto de Lei Ordinária nº 9/2012 - Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2013.

Examinada a matéria, esta comissão vem relatá-la como legal e constitucional, visto que a LDO, compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

As diretrizes contidas neste Projeto de Lei apontam no sentido da implementação de um modelo de administração pública inspirado por princípios constitucionais e vocacionado ao exercício da cidadania e do desenvolvimento sustentável do Município, com o pedido de dispensa dos interstícios legais para que o mesmo seja discutido e votado nesta mesma sessão.

Entretanto, a comissão é favorável a aprovação do Projeto com a **Emenda Modificativa** no artigo 42, devendo o mesmo vigorar com a seguinte redação:

" Art. 42 - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2013 e em seus créditos adicionais até o limite



# Câmara Municipal de Entre Rios de Minas

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua José Resende, 26 - Centro - Entre Rios de Minas - MG - CEP 35490-000 - CNPJ 00.990.667/0001-89

Telefax: (31) 3751-1220 / 3751-1740

E-mail: cmentreros@viareal.com.br

fixado na lei orçamentária para o exercício de 2013, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa po categoria de programação, conforme definida no art. 3º, desta lei".

Entre Rios de Minas, em 06 de Junho de 2012.

  
João Gonçalves de Resende  
Presidente da Comissão

  
José da Silva Fernandes  
Relator

  
Fernando Andrade Maia  
Membro "ad hoc"

Aprovado em 1 e única Discussão  
e Votação

  
Presidente

06 / 06 / 2012

Devido ao fato de a legislação não prever a possibilidade de extinção da empresa por falência, a mesma não pode ser extinta por este meio. A extinção da empresa só pode ocorrer por decisão judicial, quando a mesma for considerada inexistente ou extinta por decisão judicial.

Logo, a extinção da empresa só pode ocorrer por decisão judicial.

Logo, a extinção da empresa só pode ocorrer por decisão judicial.

Logo, a extinção da empresa só pode ocorrer por decisão judicial.

Logo, a extinção da empresa só pode ocorrer por decisão judicial.